

A PARAÍBA E OS DESTINOS DA NAÇÃO NAS LINHAS DO A UNIÃO: REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE NA INTERVENTORIA RUY CARNEIRO (1940-1945)

Diogo Pimenta Pereira Leite¹
Daviana Granjeiro da Silva²

RESUMO

Este artigo pretende analisar as representações que se deram a partir do Jornal A União e contribuíram para consolidar a legitimidade do governo interventorial Ruy Carneiro (1940-1945), em consonância com a política varguista no período do Estado Novo (1937-1945). Partindo das discussões historiográficas de Eric Hobsbawm (1999), Benedict Anderson (2008) Ângela de Castro Gomes (2007), Jorge Ferreira (2001) para pensar como se deu o processo de legitimação do governo Vargas, que pretendia dialogar com a população urbana, e nesse sentido, as manifestações cívicas serviram como elemento crucial de proximidade entre a classe trabalhadora e o governo federal. O político passou a ser pensado como o lugar onde se articulam o social e a sua representação. A matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e reflete sobre si mesma. Temos como ponto de interseção ao diálogo em que se abre entre essas classes, o papel fundamental da imprensa no sentido de consolidar um discurso político em consonância com as novas demandas sociais que se apresentam e acabam por contribuir para a construção de um novo ideal nacional.

Palavras-chave: Estado Novo; Nacionalismo; Imprensa.

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente momento do ano de 2014, acabamos de passar por um processo de reorganização das forças políticas da Paraíba, com a reeleição do governador Ricardo Coutinho. Tendo sido uma das eleições mais acirradas da história do Estado, ficou refletido a posição de uma pequena maioria, pela mudança das tradicionais famílias que ocupavam os espaços políticos com primazia há décadas, por uma alternativa que se configurou chamar pela própria campanha do governador reeleito como sendo a vitória da “força do trabalho”, em oposição ao “ócio” das oligarquias que representavam seus opositores, capitaneados pela figura de Cássio Cunha Lima.

Porém, essa opção de designar a tarefa de um político pela óptica do homem trabalhador e abnegado, não pode ser caracterizada como um fato novo na história política da Paraíba. Quando assume a interventoria do Estado em 1940, Ruy Carneiro é dotado de uma aura que representava o renascimento político do Estado, dessa vez mais próximo das massas,

¹ UFF. <diogopimenta17@gmail.com>.

² UFPB. <davianags@hotmail.com>.

que buscava através dos órgãos de imprensa legitimar um novo grupo político em ascensão: “*Ele não fará do poder um instrumento de ostentação nem de favoritismo, mas um posto de vigilância e defesa do bem publico.(...) Um regime de paz social, um clima de ordem e de trabalho marcarão as suas diretrizes*” (A UNIÃO, 17 ago. 1940. p.1).

Dito isso, o presente artigo destina-se a análise do período da Interventoria Ruy Carneiro (1940-1945) e a sua legitimação política através do jornal “A Imprensa”, no período que tange o intitulado “Estado Novo”. Partindo das discussões sobre o papel da imprensa na consolidação de um ideal de pertencimento a uma determinada comunidade imaginada, Benedict Anderson (2008) afirma:

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana.

Utilizando a renovação dos estudos de história política, associada ao redimensionamento da histórica cultural pretendemos analisar as variadas praticas políticas que permearam o período em questão, pontuando a influencia da entrada do país na Segunda Guerra Mundial, assim como os reflexos das praticas políticas a nível nacional, debatendo a inserção dos conceitos de populismo e trabalhismo para o caso paraibano em questão.

2 - POPULISMO E CULTURA POLÍTICA

As discussões acerca do período estudado nos remetem invariavelmente à problematização do conceito de populismo e a sua real aplicabilidade teórica no período compreendido do governo de Getulio Vargas. Partindo da ideia da cooptação das massas, especialmente as urbanas, que são inseridas no jogo político sob a tutela arbitrária de um Estado mediador entre estas, e as classes dominantes através de um sindicalismo com ação limitada, poderíamos perceber a partir desse conceito o que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) definiu como “cidadania regulada³”.

Sob um viés associado à ideia de progresso inserida no discurso pautado no desenvolvimento industrial e na urbanização, a política populista abre novos espaços de atuação das classes populares, ao mesmo tempo em que cerceia a sua atuação, através da

³ Para maior detalhamento, ver SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira* (Rio de Janeiro: Campus, 1979).

imposição da presença da dominação estatal. Francisco Weffort (1980), um dos maiores defensores desse conceito, procurando eliminar o caráter pejorativo do termo, relativiza inclusive a própria ideia de “manipulação”, utilizando em alguns momentos a ideia de “aliança”, posto que poderíamos categorizar a influência populista pelo viés da manipulação estatal, tanto quanto pelo atendimento a reais demandas, como o reconhecimento de direitos legais, assim como outras causas das classes populares a muito tempo em embate.

Embora essa abordagem tenha sido muito comumente usada ao longo do século XX, a inserção dos estudos de Cultura Política acabou por resgatar um caráter mais abrangente do fenômeno político. Fugindo de uma abordagem marxista, deveras presa às estruturas de classe, e a iniquidade a que foram postas as operações simbólicas praticadas pelos diversos agentes históricos do período, categorizados apenas como “massas”, a Cultura Política apresenta a tentativa de destrinchar o fenômeno a partir de múltiplos parâmetros, permitindo adaptar-se à heterogeneidade dos comportamentos humanos. Tomando a definição de Serge Bernstein (1998):

Compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referencia ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele tem e da imagem que tem de felicidade. (p. 363)

A questão que se apresenta é que cada vez mais a interpretação sob o viés do populismo vem sendo combatida por vários pesquisadores, que em contrapartida vem destrinchando o fenômeno a partir de perspectivas associadas a partes específicas do fenômeno, como a aplicação do termo trabalhismo – ou peronismo-para o caso argentino. A dificuldade está principalmente na necessidade de se construir novos arcabouços conceituais capazes de analisar o período pós-30 na America Latina, de uma forma geral.

Ângela de Castro Gomes (1996) possivelmente apresenta alternativas palatáveis para explicar esse período no caso brasileiro. Rompendo com o conceito de populismo, e suas aplicações que levam a uma intragável ideia de manipulação política, anulando o papel dos trabalhadores nos jogos de poder, a autora nos apresenta a ideia de “pacto trabalhista” que : “procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um todo-poderoso Estado, nem uma classe passiva, porque fraca numérica e politicamente” (p.54).

Jorge Ferreira (2001) vai mais além ao caracterizar especialmente a partir do ano de 1942- onde o Estado Novo atinge um caráter mais ostensivo na invenção dessa suposta

tradição dita por Ângela de Castro Gomes- uma legítima identidade coletiva da classe trabalhadora:

No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica (p. 103).

Muitos historiadores ultimamente têm se sentidos tentados, portanto, a abandonar o termo populismo, em prol de um “projeto trabalhista” do Estado responsável por construir uma identidade coletiva da classe trabalhadora, alicerçada na constituição de classe e na incorporação real desses atores na vida institucional do país.

No entanto, tentaremos mostrar ao longo do artigo, as dificuldades metodológicas de aplicar conceitos como populismo ou até mesmo trabalhismo para explicar o fenômeno político que representou o período da interventoria de Ruy Carneiro.

3 - A INTERVENTORIA RUY CARNEIRO E O CASO PARAIBANO

Devemos ter em mente, que o processo de reorganização do jogo político nacional a partir de 1930 e a inserção dos interventores escolhidos por Vargas tinham as suas variações de acordo com a região e a configuração econômica do estado. É perceptível, por exemplo, encontrarmos em estados vinculados diretamente ao setor agroexportador, com características fundiárias concentradoras, o alto grau de conservadorismo que acabava por permear a cultura política do lugar, não no sentido de uma mudança efetiva, e sim de uma continuidade oligárquica na gestão dos interesses públicos. Sobre isso Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2012) atenta para o fato de que “Vargas não tentou alijar totalmente as oligarquias do poder, mas atraí-las para a causa varguista, embora lhes reduzindo a autonomia” (p.172).

É sob esse contexto que podemos pensar a importância do interventor anterior a Ruy Carneiro, Argemiro de Figueiredo, na Paraíba. Eleito governador do estado pelo Partido Progressista, e mantido no poder por Getulio Vargas em 1937 no papel de interventor, Figueiredo detinha sua base de sustentação apoiada em fortes bases oligárquicas. Desde o início de seu governo podemos ver características simbólicas no discurso que remetem a essas

oligarquias, já que uma de suas principais bandeiras era “o compromisso de harmonizar a Paraíba, transformando-a em uma só e única família⁴”.

O final de sua interventoria se dá a partir de dissensões oligárquicas capitaneadas por Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Eptacinho, filho de João Pessoa e sobrinho do ex-presidente da República, Eptácio Pessoa. Tendo elaborado um documento intitulado “Desmascarando um mistificador”, que tinha por objetivo expor uma oposição aberta à administração de Argemiro através de denúncias e ataques diretos a figura do então interventor federal. (MELO; 1998, p.65).

Getúlio Vargas atendendo em parte às reivindicações das elites que estavam alijadas do poder até então, força politicamente a renúncia de Argemiro de Figueiredo, porém nomeia para o cargo de interventor, Ruy Carneiro. Estando mais próximo à cúpula do governo Vargas, tendo exercido diversos cargos públicos na antiga capital federal, o novo interventor, em contrapartida, se encontrava fora da política paraibana havia dez anos. A escolha de um nome fora das disputas internas do estado da Paraíba se fez sob a ideia de ao mesmo tempo não se tomar uma posição favorável a essa, ou aquela oligarquia; ao passo que dava ao novo interventor uma autonomia de ação do governo estatal, mais ligada aos laços do poder central (GURJÃO, 1994).

Com isso, embora referenciados historicamente dentro de um mesmo contexto histórico, no caso o período do governo de Getúlio Vargas, Figueiredo e Carneiro significavam frações com culturas políticas distintas entre eles. Se por um lado, Argemiro representava as oligarquias agrárias, a influência política da Igreja e o mundo rural, Ruy era concebido como um burocrata, ligado ao urbanismo modernizante com fortes inspirações de apelo as massas urbanas.

Podemos perceber que essas diferenças são comumente utilizadas pelo jornal “A União”-órgão oficial do Estado- para dar forma à apresentação do novo interventor como um homem público de longa data, e que por isso possuiria uma personalidade moderada, apartado de possíveis disputas políticas, e que sempre teve como interesse principal o trabalho para o interesse comum:

[...] funções essas que foram desempenhadas com inteligência e espírito público, traz o dr. Ruy Carneiro para o governo da Paraíba uma larga soma de experiência no trato do interesse coletivo. [...] Paraibano ilustre, esclarecido e moderado, o dr. Ruy

⁴ Essa discussão se encontra presente em: MORAIS SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e. *Estrutura de poder e intervenção estatal- Paraíba (1930-1940)*. Recife: UFPE, 1996, p.167.

Carneiro em todos os postos de sua vida pública, tanto em nossa terra como na capital federal, sempre esteve à altura de suas funções culturais e administrativas, nas quais nunca deixou de dispensar à Paraíba e aos paraibanos os melhores e atenções. (A UNIÃO. 31 de jul. 1940. p. 1).

Importante reiterar que o jornal “A União”, exercendo a sua função de imprensa oficial, tratou de construir a imagem de Ruy Carneiro, no sentido de legitimar seu governo como representante do Estado Novo. Para isso, o periódico passa a apresentar o caráter conciliatório e avesso as disputas oligárquicas até então em voga no Estado, e associar a gestão governamental anterior o caráter maléfico no que tange a administração pública, atribuindo a Ruy Carneiro uma representação de salvador político da Paraíba. Nesse sentido, os nomes de dois importantes ex-administradores do Estado (João Pessoa e Antenor Navarro) ligados a essa determinada cultura política herdada ao novo interventor:

João Pessoa foi o gênio da ação que despertou, na alma paraibana, os movimentos de insurreição, idealismo e dignidade cívica. Antenor Navarro foi o milagre do rejuvenescimento [...] E Ruy Carneiro reviverá, nas suas iniciativas de governo, a emoção daqueles símbolos representativos das virtudes heroicas da Paraíba. (A UNIÃO, 17 de ago. 1940 p. 1).

No âmbito administrativo, o governo Ruy Carneiro passou a adotar medidas que tinham por objetivo enxugar os gastos públicos, pela necessidade financeira imediata que a Paraíba se encontrava no momento. A reforma burocrática previa, além da substituição de todos os prefeitos do Estado, por nomes de confiança do novo interventor, muitos vindos inclusive de outras regiões do país, assim como a publicação do decreto nº.140 de 30/12/1940 que tinha por objetivo criar um quadro único de servidores públicos.

Associada a essa imagem de moralizador das contas públicas, vinha o caráter personalista, característica bastante comum aos governantes à época do Estado Novo. Essa representação de Ruy Carneiro como político ativo e incansável não só poderia ser visto na ampliação das audiências públicas todas as quintas feiras em seu palácio, mas também no comparecimento do mesmo a eventos sociais, sempre registrados pelas diversas manchetes do *A União*. O natal de 1940, foi denominado como o “natal dos pobres”, organizado pelo governo, tendo como principal realizadora do evento a sua esposa Alice Carneiro.

A institucionalização da assistência social, com a implementação do núcleo estadual da legião brasileira de assistência (LBA), ligada à máquina governamental, tendo como presidenta a senhora Alice Carneiro, teve papel fundamental para a imagem sentimentalista do governo, ajudando assim a aproximar o vínculo com as classes menos favorecidas. Mais uma

vez, o papel da imprensa se torna fundamental para construir uma espécie de dívida da população paraibana para com o generoso governante que tratava as pessoas “de igual para igual, devido a sua natural simplicidade” (A UNIÃO, 30 de dez. 1944. p. 3).

Todas essas representações que viam Ruy Carneiro associado à causa pública, às realizações governamentais e às práticas assistencialistas, tentavam suprimir o caráter antidemocrático que existia no próprio cargo de interventor. Atrelando a sua atuação política à causa das massas populares, através da realização de eventos cívicos, a narrativa oficial ia de encontro com os interesses nacionais e por consequência se utilizava de um discurso inspirado diretamente no trabalhismo varguista. Porém, não podemos deixar de lado o forte centralismo político exercido por Ruy Carneiro, o controle dos meios de comunicação, e a propaganda ostensiva de seu governo. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial também se tornou um fator fundamental para a tentativa de se propagar um discurso unívoco em prol da defesa nacional, contribuindo ainda mais para a mitificação de sua figura que até hoje emana uma aura de conciliador na historiografia paraibana.

4 - A INTERVENTORIA RUY CARNEIRO E A NAÇÃO EM GUERRA

O governo ditatorial varguista, com viés nacionalista, foi sistematizado por uma cultura política predominante no Estado Novo e esse cenário irá ser intensificado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente pela entrada do Brasil no confronto, em 1942.

Dentro dessa conjuntura, muitos serão os esforços do governo visando à construção de uma consciência nacional de patriotismo e civismo, que irão corroborar com a imagem de um país dentro da ordem e do progresso. O estado da Paraíba, por sua vez, contava com o interventor Ruy Carneiro (1940/1945), que enfatizava as pretensões do governo nacional por meio de ações públicas e patrióticas recorrentes. Nesse sentido, o Jornal *A União*, órgão oficial do governo, se constituiu como fonte essencial para a propagação dessa imagem: discursos patrióticos, apelo por apoio da nação e uso dos símbolos nacionais como sinônimo de identidade e unidade foram intensificados nesse período.

Como já abordado anteriormente, diversas foram as estratégias de legitimidade e fortalecimento do regime político do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas. Dentro desse contexto, as mudanças se faziam na perspectiva de engrandecimento da nação como um país forte e de um governo carismático e justo, onde as massas são beneficiadas. Em virtude

da atmosfera da guerra, o patriotismo, entendido como sentimento de amor pela pátria, foi intensificado com medidas do governo cada vez mais fortes, buscando intensificar os sentimentos de pertencimento, de orgulho pela nação. E em diversas esferas da sociedade medidas foram tomadas nesse sentido. O cotidiano das pessoas mudou. O que era ouvido, sentido, permitido e dito iam ao encontro dessa política de controle. A atmosfera da guerra só veio a acentuar ainda mais as transformações ocorridas.

O Brasil, que até então permanecia neutro no confronto, vinha sendo pressionado pelos Estados Unidos para que externasse sua posição política e militar para a guerra, quando a 18 de agosto de 1942 tem seus navios torpedeados por tropas alemãs no litoral baiano, o que seria o estopim para sua entrada no conflito. Quatro dias após o atentado, o chefe de estado declara estado de beligerância e se segue um intenso período de preparação militar e psicológica. Afinal, não apenas os soldados seriam treinados para o combate. Mais do que isso, era preciso que toda a população brasileira demonstrasse seu amor pela pátria e incentivasse seus heróis em busca da “vitória da democracia”⁵.

Por sua vez, o estado da Paraíba irá se inserir dentro dessa intencionalidade e o periódico apresenta o interventor paraibano como um governante preocupado e proativo com os destinos da nação e mesmo de longe (estava no Rio de Janeiro no momento em que ocorreu o torpedeamento dos navios brasileiros) acompanhava as manifestações populares e escrevia para o Jornal *A União* a fim de externar seu apoio às causas da nação, como em mensagem proferida no periódico em 18 de agosto de 1942, intitulada “Pode o povo paraibano estar certo de que o governo saberá conduzir os destinos da nacionalidade”:

Acompanho, cheio de entusiasmo, as manifestações patrióticas do povo paraibano, possuído da mais justa revolta ante os inomináveis atentados praticados pelas hordas de nazistas sanguinários, que levam o luto, a miséria e a dor, a todos os lares, sem respeito aos mais comensuráveis direitos dos povos que apenas aspiram desfrutar um regime de paz, sossego e conforto (A União, 19 de agosto de 1942, p.1).

É notória nas páginas de *A União* a imagem patriótica que se pretendia passar através das matérias e colunas com declaração de apoio e de solidariedade para com os destinos da nação. Em diversos momentos, fica evidenciada essa intencionalidade advinda do meio de comunicação oficial do governo, seja pelas doações de donativos em favor das famílias dos mortos marítimos, seja pelo discurso apelativo em torno do luto das vítimas.

⁵ Em discursos proferidos pelo presidente Getúlio Vargas para o jornal durante o mês de agosto de 1942, aparece a menção de que o Brasil estaria lutando “ao lado da democracia e contra as forças do mal”.

O uso dos símbolos nacionais para intensificar o patriotismo do país é ainda mais evidenciado em tempos de Guerra. Em agosto de 1942 foi assinado um decreto-lei que estabelecia o uso da bandeira e a execução do hino nacional:

Haverá nos Estados Maiores das forças armadas federais, na Casa da Moeda, na Escola Nacional de música, nas embaixadas, legações e consulados do Brasil, nos museus históricos oficiais, nos quartéis-generais das Regiões Militares, nos comandos de unidades de terra, mar e ar, capitânicas de portos e alfândegas, e nas prefeituras municipais uma coleção de exemplares padrões de símbolos nacionais a fim de servirem de modelo obrigatório para a respectiva feitura, constituindo um instrumento de confronto para a comprovação dos exemplares destinados à apresentação, procedam ou não da iniciativa particular (A União, 02 de agosto de 1942, p.4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar, neste breve artigo, as variadas representações da figura do interventor Ruy Carneiro da época que se deu sua Interventoria, associada as suas práticas políticas através do Jornal “A União”. O tema em questão ganha relevância pelo fato de algumas questões ainda estarem abertas a serem destrinchadas pela historiografia.

José Octavio de Arruda Melo disserta que *“poucas vezes um grupo dirigente paraibano fez-se tão eficaz na construção de uma imagem, como essa de Ruy Carneiro”*(MELLO,2003,pg.114). Associada a um novo modo de atuação política, Carneiro buscava atrair a população para o campo político, ao mesmo tempo em que de forma autoritária reprimia seus opositores, tentando assim, impor a ideia de promover um pensamento único com relação à gestão política da Paraíba em consonância com o governo federal. Devemos atentar para o fato que a existência de apenas um jornal de circulação diária no Estado, no caso o *A União*, a partir de 1942, contribuíram para esse projeto bem sucedido.

Porém, devemos levar em conta o reconhecimento por parte da população do interventor, já que essa reorganização política possibilitou a inserção das massas urbanas no jogo político, bem como o atendimento negociado de suas demandas a muito relegadas por seus antecessores. A problematização dos conceitos de trabalhismo e populismo nesse estudo de caso só enriquecem o tema, já que a Paraíba, à época possuía uma forte cultura política arraigada no clientelismo assistencialista. Recorrendo as palavras de SILVA (2012) novamente poderíamos pensar essas práticas políticas a partir da óptica de: “um assistencialismo paternalista sem identificação alguma com os trabalhadores de classe, como seria o caso do trabalhismo” (p. 192).

Todavia, ainda há a necessidade de estudos mais aprofundados para construir uma análise mais abalizada sobre o tema devido à falta de estudos mais profundos sobre a classe trabalhadora da Paraíba, incluindo aí, seus sindicatos e representações trabalhistas, para podermos chegar a uma certeza maior sobre o quanto de fato foi a relevância desse assistencialismo paternalista transvestido de trabalhismo varguista para o enriquecimento ainda maior do presente tema.

FONTES

Jornal A UNIÃO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2008.

BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CAVALCANTE, Faustino Teatino Neto; SANTOS, Martinho Guedes dos; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz Guedes (orgs). **CULTURA E PODER POLÍTICO**: historiografia, imaginário social e representações na política na Paraíba republicana. IN: SILVA, Ana Beatriz Ribeiro de Barros. **O salvador, o realizador e o democrata**: a construção do mito político do interventor Ruy Carneiro (1940-1945). João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2012.

CITTADINO, Monique; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: aspectos iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro (1940-45). IN: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. **Historiografia em diversidade**: ensaios de História e ensino de História. Campina Grande- PB: Editora Universitaria / UFCG, 2008.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. **Regionalismo e Centralização Política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **História, historiografia e cultura política no Brasil**: algumas reflexões. IN: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas**. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. PP.21-44.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**: Paraíba (1889-1930). João Pessoa: UFPB, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

MELLO, José Octavio de Arruda. **Nos tempos de Félix Araújo**: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937 – 1947). João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 2003.

MORAIS, Martha Maria; SANTANA, Falcão de Carvalho. **Estrutura de poder e intervenção estatal- Paraíba (1930-1940)**. Recife: UFPE, 1996.

NÓBREGA, Armando. Ruy. **A política do coração**. João Pessoa: Edições Aquarius, s/d.

RÉMOND, Rene. (Org). **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS Wanderley Guilherme dos, **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SYLVESTRE, Josué. **Da revolução de 30 a queda do Estado Novo - Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Senado Federal, 1993.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.